



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ – 1º SEMESTRE/2018

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

12 DE NOVEMBRO DE 2017

I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Dissertação sobre a possibilidade de impetração do mandado de segurança para controle de atos legislativos. (Máximo 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Disserte sobre as “gerações” de direitos fundamentais. (Máximo 20 linhas)

II – DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Em contrato de compra e venda, ajustou-se o pagamento de sinal, devidamente quitado, mais o pagamento de vinte prestações mensais e sucessivas, e de uma parcela única a ser paga através de financiamento bancário, quando do término do pagamento das parcelas mensais. Os compradores foram imitados na posse do imóvel a partir do pagamento da primeira, das vinte prestações. Contudo, já tendo efetuado o pagamento de quinze prestações, estando os compradores em dia com suas obrigações, foram notificados pelos vendedores pretendendo a desistência do negócio, com a devolução em dobro do sinal, mais a devolução das parcelas pagas. No contrato, apesar de constar cláusula relativa à possibilidade de arrependimento, não constou qualquer prazo para exercício eventual deste direito. Pergunta-se: Procede a pretensão dos vendedores? Responda justificadamente. (Máximo 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Dê a distinção entre depósito regular e irregular, exemplificando. (máximo de 20 linhas)

III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Epaminondas promove demanda em face do INSS (autarquia federal), com o objetivo de perceber benefício previdenciário em razão de acidente de trabalho, o que justifica a competência da Justiça Estadual. Em sua petição inicial, requereu a concessão de tutela provisória de urgência antecipada com o objetivo da imediata implementação da aposentadoria. O magistrado, porém, por decisão interlocutória indeferiu este pleito, sem que fosse interposto recurso de agravo de instrumento (art. 1.015, I, CPC/15). Após a citação da demandada e regular instrução, o processo foi sentenciado, ocasião em que o magistrado julgou procedente o pedido e, no bojo da própria sentença, concedeu a tutela antecipada para que o INSS já começasse a pagar o benefício imediatamente. Diante desta

situação concreta, responda: A) Há algum fundamento ou justificativa para que o magistrado conceda a tutela antecipada no corpo da própria sentença ou o mesmo laborou em equívoco?; B) se, hipoteticamente, for possível a concessão da tutela antecipada na sentença, o recurso pertinente para impugnar este eventual capítulo da decisão seria o agravo de instrumento (art. 1.015, I, CPC/15) ou o recurso de apelação (art. 1.009, CPC/15)? (Máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Irineu promove demanda em face Juca. Este, no momento próprio, apresenta contestação e reconvenção na mesma peça processual. Ao ser intimado para se manifestar em replica, o demandante aduziu que a reconvenção deveria ser rejeitada de plano, pois o adequado seria apresentá-la em petição autônoma no mesmo momento em que a contestação. O processo tramitou regularmente e, ao sentenciar, o magistrado considerou adequada a forma como a reconvenção foi apresentada, também tendo julgado improcedente o pedido formulado por Irineu e procedente a pretensão deduzida por Juca na reconvenção. Também constou, na sentença, duas verbas honorárias ao patrono de Juca, pelo êxito que teve em ambas as questões. Inconformado, o advogado de Irineu apresenta recurso em que, além de insistir no vício de forma na reconvenção, também acrescenta que seria devida apenas uma verba honorária, eis que se trata de um único processo. Indaga-se: A) Pelo CPC/15, a reconvenção deve ser apresentada em peça autônoma ou na mesma petição que a contestação?; B) O magistrado agiu corretamente quando fixou duas verbas honorárias em favor do patrono de Juca ou deveria ter fixado apenas uma? (Máximo de 20 linhas)

IV – DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Mévio é credor de Vegetal Alimentos Ltda, por dívida trabalhista, transitada em julgado pela 30ª Vara do Trabalho da comarca do Rio de Janeiro. O empregador não realizou o pagamento do crédito, ingressando o trabalhador Mévio com a fase executória no Juízo Trabalhista onde requereu a penhora dos bens da sociedade empresária em 16/10/2017. Em sua defesa o devedor alega que sua falência foi decretada em 02/02/2017 e que por isto, a fase executória deveria ser extinta, pois o pagamento da dívida trabalhista será feito no Juízo falimentar, que é diverso ao do trabalhista. Está correta ou incorreta a defesa da sociedade empresária falida? Fundamente. (Máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Caio pretende a dissolução parcial da sociedade empresária Garapon Ltda, criada por prazo determinado, onde é sócio cotista. Alega que já não possui bom relacionamento com os demais sócios e que assim sendo pretende sua retirada, não perquirindo justa causa. Realiza notificação extrajudicial do parágrafo único do artigo 1.029 da Lei 10.406/02 e ingressa com ação de dissolução parcial, em face sociedade e dos sócios, mas realiza a citação apenas dos sócios. Em contestação os sócios alegam preliminar de ausência de citação da própria sociedade empresária e, ainda informam no mérito, que o pleito de retirada do sócio é improcedente, eis que, não restou comprovado qualquer ato da sociedade empresária ou dos sócios que revele justa causa. Em replica o sócio autor Caio afasta a preliminar, pois a citação da sociedade empresária não é necessária, já que, todos os sócios foram citados e no mérito aduz que basta a notificação extrajudicial, para se retirar da sociedade, independente de justa causa. A preliminar de ausência de citação merece ser acolhida? Caso negativo, no mérito, a notificação extrajudicial permite que o autor Caio, se retire da sociedade empresária sem justa causa? Responda fundamentadamente. (Máximo de 20 linhas)

V – DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Se alguém supõe, erradamente, que seu comportamento é ilícito, ele está agindo amparado pelo erro de tipo ou de proibição? Qual a consequência jurídico-penal? (Máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Aquele que está na iminência de sofrer uma injusta agressão é obrigado a fugir, se puder fazê-lo ou pode optar por repelir a injusta agressão, usando moderadamente dos meios necessários? (Máximo de 20 linhas)

VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

O Promotor de Justiça titular do órgão de atuação junto a Vara Criminal da comarca de Paracambi teve ciência, por meio de notícia veiculada em jornal local, de que no átimo de um entrevero ocorrido no interior de uma associação desportiva, localizada naquele município, no dia 20/09/2017, Jesuíno teria feito ameaça de morte a Jericó. Diante da informação e invocando o artigo 5º, inciso II, do CPP, requisitou a instauração de inquérito à autoridade policial para a apuração da suposta infração penal, assim como determinou o indiciamento de Jesuíno, como incurso no artigo 147, do Código Penal. Comente a questão e aponte a decisão a ser adotada pelo delegado de polícia recipiente da requisição, com os fundamentos pertinentes. (Máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

João foi acusado pelo Ministério Público de haver cometido o delito de furto qualificado, pelo abuso de confiança, por ter subtraído um relógio de ouro, da marca *ROLEX*. O Juiz recebeu a peça vestibular e determinou a sua citação para a apresentação de resposta preliminar, na qual João afirma, com veemência, que não cometeu a conduta que lhe foi imputada, uma vez que o bem supostamente subtraído é de sua propriedade. E para tanto fez acostar nota fiscal da compra e uma declaração da loja vendedora. Responda: 1) Qual a natureza jurídica da defesa levantada na resposta preliminar? 2) Considerando verossímil a defesa de João, aponte a decisão a ser proferida pelo magistrado, indicando o recurso cabível. (Máximo de 20 linhas)

VII – DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO ÚNICA (8 PONTOS)

Após manutenção da rede elétrica feita pela concessionária *LUZ MAIS*, a fiação ficou muito baixa, o que ocasionou um acidente com um ônibus da linha municipal pertencente à *X TRANSPORTES URBANOS*, que ao passar pelo local atingiu a fiação e acabou derrubando o poste sobre a residência de *Teresa*, bem como colidindo com o muro do referido imóvel, causando sua demolição. Considerando que o motorista do ônibus foi alertado reiteradamente por moradores que se encontravam no local quanto ao problema da fiação, há responsabilidade civil proveniente de acidente de consumo das duas entidades em relação à

Teresa no caso concreto? Explique, analisando a condição jurídica de cada parte envolvida.
(Máximo de 20 linhas)

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO (20 PONTOS)

Motivado por pedido do movimento Escola Sem Partido, a Justiça Federal suspendeu a regra do MEC que atribuía nota zero às redações do Enem que violassem os direitos humanos. Com base nessa informação, reflita sobre a questão e discuta num texto argumentativo, entre 25 e 30 linhas obrigatoriamente, o seguinte questionamento: A liberdade de crença, de pensamento e de expressão é de tal forma soberana que poderia violar direitos humanos?

Boa Sorte!!!